

II Seminário Políticas Públicas e Ações Afirmativas
Universidade Federal de Santa Maria
Observatório de Ações Afirmativas
18 e 19 de outubro de 2016

AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE GÊNERO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Aline Seeger Santos¹
Alexsandra Matos Romio²
Mariglei Severo Maraschin³

¹ Autora, ² Orientadora, ³Co-Orientadora
^{1, 2 e 3} UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Resumo

A história da educação ao redor do mundo, assim como a história da educação brasileira, está alinhada à história da discriminação e desigualdade de gênero. Culturalmente marcada pelo patriarcalismo, autoritarismo e influências religiosas, espelha exclusão das mulheres. Ao longo dos anos, com as medidas voltadas para a educação de massa, tem-se o acesso das mulheres à escola e direito igualitário a educação. A luta dos movimentos feministas e os esforços ao longo do tempo para tornar as relações mais equânimes possuem um grande papel no contexto atual e surgem questões importantes em relação a identidade de gênero e a possibilidade de frequentar cursos ditos exclusivamente masculinos, assim como o papel da formação do docente e da relação de gênero em sala de aula. Esse trabalho busca compreender como o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria- CTISM atua para incluir as questões

de gênero na formação continuada de professores, além de apresentar quais as principais políticas públicas que envolvem as questões de gênero. No entanto, o trabalho está em andamento e por hora tem-se os dados quantitativos do gênero feminino nos espaços da Instituição e pretende-se para a produção de dados qualitativos em relação a proposta do trabalho, entrevistaros gestores e docentes da instituição. As questões abordarão quais ações o CTISM desenvolve para a inclusão da temática de gênero na formação continuada de professores e como eles perceberam o reflexo na permanência das estudantes mulheres nos cursos integrados e subsequentes ao ensino médio. Essa pesquisa se ampara no paradigma qualitativo e quantitativo e utilizará como método de produção de dados as informações sobre matrículas e evasão disponibilizadas pela secretaria escolar do CTISM e a pesquisa documental sobre as principais políticas públicas sobre gênero. Nesse momento, o projeto está em desenvolvimento, dessa forma, será discutido a necessidade dessa verificação em relação ao Colégio Técnico Industrial de Santa Maria.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Gênero. Formação Continuada de Professores.

Introdução

Dentre os diversos conceitos de gênero, pode-se considerar que fazem parte de sua definição aspectos socioculturais historicamente construídos que constituem a formação dos sujeitos. Nesse sentido, o gênero abrange comportamentos, interesses, preferências, modos de vestir, de falar e até mesmo de andar, na medida em que são relacionados ao que é “ser homem” e ao “ser mulher”, para além do sexo biologicamente designado.

O debate sobre gênero coloca em xeque concepções baseadas em supostas naturezas feminina e masculina, apresentando o embate entre natureza e cultura, biologia e sociedade, sexo biológico e gênero. As pensadoras feministas, questionando a ideia de “natureza feminina” como

destino biológico, mostraram de várias formas que tal concepção não passa de um complexo construto social: segundo Simone de Beauvoir,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. [...]

Se, bem antes da puberdade e, às vezes, mesmo desde a primeira infância, ela já se apresenta como sexualmente especificada, não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada.

(BEAUVOIR, 2016, v.2, p. 11-12)

A intervenção social, portanto, determina o que é ser mulher; essa definição varia de acordo com a idade, a classe social, a etnia e a comunidade em que está a mulher, mas a divisão por gênero se faz presente e traz prejuízos a todas, mesmo que apresentada de formas diversas. E ainda, de acordo com Tilly (1990), suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.

Até o início do século XX, as mulheres no Brasil não tinham direito à participação política; desde que esses direitos foram garantidos, as mulheres vêm se escolarizando cada vez mais, ultrapassando inclusive o nível de escolaridade masculino, e se inserindo amplamente no mercado de trabalho. Este fenômeno foi possibilitado através da educação em massa, que garantiu o acesso a instituições de ensino uma vez bastante restritas. Apesar dos visíveis avanços na busca pelo fim da discriminação de gênero, uma série de políticas públicas ainda se faz necessária para alcançar a equidade de gênero.

Segundo pesquisa realizada em 2000 pela *Commission on the Status of Women* da ONU, uma em cada três mulheres no mundo já foi espancada ou violentada sexualmente. No contexto brasileiro, temos os seguintes dados a partir de relatório do Ministério da Justiça em 2012: a cada cinco minutos uma mulher é agredida, e a cada onze minutos é notificado o estupro de uma mulher. Dentre esses casos, sabe-se que em cerca de 70% deles quem agride é o marido ou namorado da vítima. Os direitos constitucionais também não são capazes de garantir igualdade de condições para os gêneros, como é o caso

dos salários mais baixos para mulheres desempenhando as mesmas funções que homens.

Diante deste panorama de desigualdade e violência, a permanência das mulheres nas instituições de ensino é seriamente ameaçada, e a evasão é em muitos casos realidade. Além disso, há o estigma culturalmente imposto de que algumas profissões e cursos são masculinos e outros são femininos: em geral isto está relacionado a questões de poder e status social, uma vez que as profissões consideradas mais importantes, notórias e cheias de responsabilidade – e, conseqüentemente, melhor remuneradas – são as culturalmente masculinas.

Deu-se início a este trabalho a fim de verificar as questões de gênero expostas dentro da realidade do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), analisando quantitativamente a proporção entre estudantes formados em geral e a evasão de estudantes mulheres. No futuro, também pretende-se fazer uma análise qualitativa onde os estudantes e as estudantes expressarão como sentem essas relações de desigualdade de gêneros e estigmas. Por fim, pretende-se analisar os cursos de formação docente e as políticas públicas envolvidas na promoção de discussão e desnaturalização de relações sociais assimétricas entre ambos os gêneros, precisamente na medida em que essas relações se constroem a partir das representações e valorações incutidas em cada gênero.

Em um primeiro momento, serão apresentados dados de formandos e de evasão de mulheres dos cursos do CTISM, obtidos através da Secretaria de Registros Escolares do CTISM, explorados nesse trabalho. Também será apresentada uma pesquisa inicial documental sobre as principais políticas públicas em relação ao fazer docente e à inserção de gênero. No futuro serão analisadas as ações na formação docente para a permanência das estudantes nos cursos culturalmente considerados masculinos.

Gênero no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria

De acordo com Zancan (2006), o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), é uma instituição pública federal, subordinada à Coordenadoria

de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (CEBTT) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), completará 50 anos de existência em 04 de abril de 2017. Atualmente o CTISM conta com sete cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio: Eletrônica, Eletrotécnica, Eletromecânica, Soldagem, Mecânica, Segurança do Trabalho e Automação Industrial, sendo que esses três últimos são ofertados nas modalidades presencial e à distância (EaD). Também subsequente ao Ensino Médio EaD é oferecido o Curso Técnico em Informática para Internet.

O Colégio possui quatro cursos técnicos integrados ao ensino médio: Eletrotécnica, Informática para Internet, Mecânica e Eletromecânica, esse último na modalidade PROEJA. Em cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), os programas de governo e-Tec Idiomas e Bolsa Formação permitiram a oferta dos cursos de Língua Inglesa e Língua Espanhola, na modalidade à distância.

Desta forma, o CTISM classifica-se como uma instituição educacional e, assim como outras instituições do mesmo setor. Além disso, o CTISM possui dois cursos superiores, o Tecnólogo em Redes de Computadores e o Tecnólogo em Fabricação Mecânica, além do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PPGEPT.

Para que as operações da instituição sejam executadas, o CTISM conta com quatro departamentos, o Departamento de Relações Empresariais e Comunitárias - DREC, o Departamento de Ensino - DE, o Departamento Técnico – DT e o Departamento Administrativo – DA. Além disso, o Almoxarifado, o Laboratório de Manutenção em Informática - LAMI e Biblioteca Setorial.

De acordo com os dados do Senso de 2010, o Rio Grande do Sul tem 392 mil mulheres a mais do que homens. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada pelo IBGE. Em números 5,395 milhões dos habitantes são homens e 5,787 milhões são mulheres. Já em Santa Maria, são 137391 mulheres e 123636 homens, são 13755 mulheres a mais que homens. Dos 41 Técnicos Administrativos em Educação que atuam no CTISM, 14 são mulheres, cerca de 34%. Já em relação aos Docentes, têm-se 24 professoras de 80 docentes, cerca de 30%. Do total temos a Figura 1.

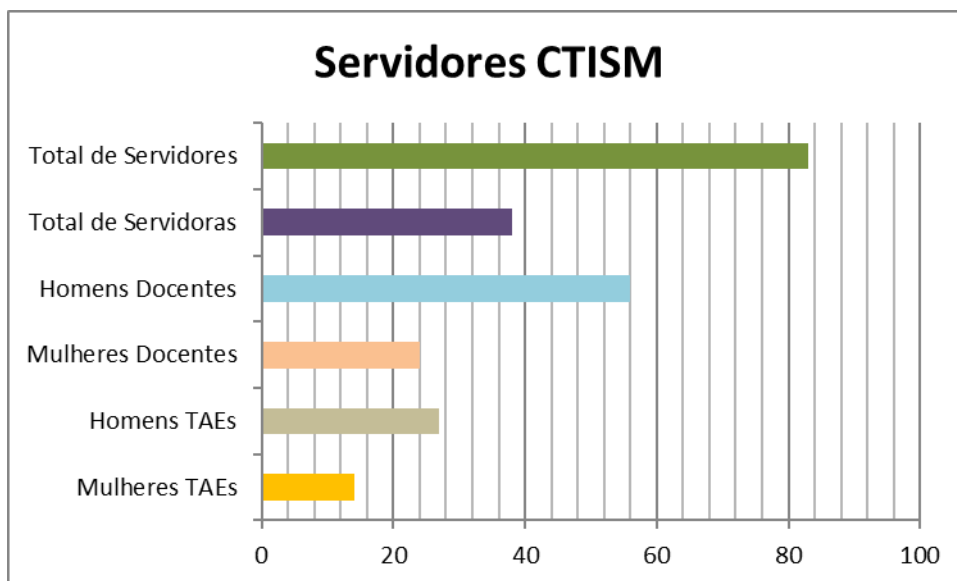


Figura 1: Distribuição de Servidores por gênero no CTISM. Fonte: Página do CTISM.

A maioria dos cursos do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria são considerados socialmente específicos para o público do gênero masculino, em função da área industrial ainda ser predominantemente masculina, também por serem cursos relacionados a tecnologia, os quais recaem sobre a questão do status social. Além disso, atuam em áreas que socialmente fazem parte do “perfil de preferências” do público masculino, devido à uma construção social e incentivo as crianças que perdura até os dias de hoje.

A instituição formou cerca de 3771 estudantes com dados de 1969 até 2014. Desse total apenas 571 estudantes do gênero feminino, ou seja, cerca de 15% de mulheres.

O Curso de Segurança do Trabalho possui um perfil que socialmente aceita ambos os gêneros. Assim como Segurança do Trabalho, os cursos Integrados ao Ensino Médio, recebem um público feminino maior, já que além do curso técnico o estudante sai da instituição com o Ensino Médio concluído.

Se for considerado o período de 1969 até 1992, em que os cursos oferecidos eram Mecânica e Eletrotécnica, e ainda não havia a possibilidade de realizar Segurança do Trabalho, o número de formados foi de 1085 estudantes, sendo 63 meninas, ou seja 6% de mulheres formadas. E se do número total forem retirados do somatório o Curso de Segurança do Trabalho e os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio o total de meninas formadas cai para 379 estudantes, conforme visualizado na Figura 2.

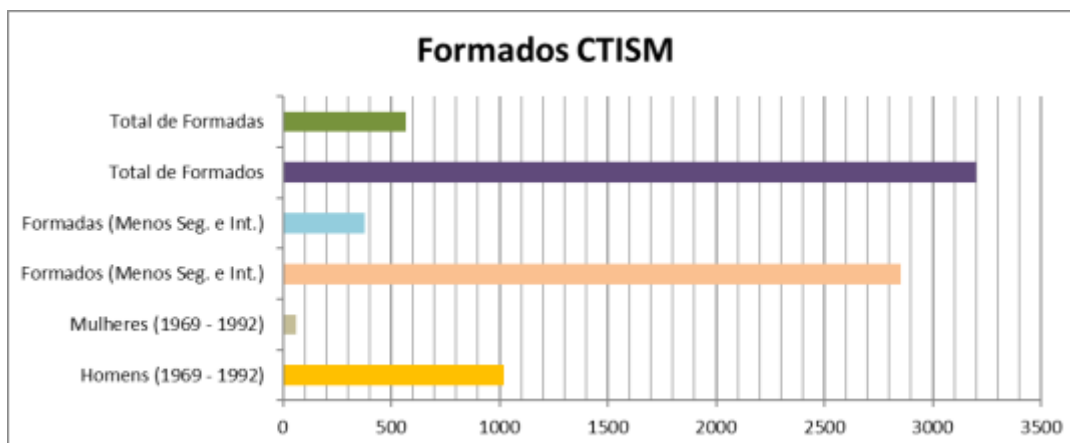


Figura 2: Distribuição de Formados por gênero no CTISM. Fonte: Secretaria Escolar do CTISM.

O Curso Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, não foi retirado no total juntamente com os cursos integrados para a idade própria, pois se percebe pouca aproximação do público feminino com esse curso. Analisando os ingressos do Proeja em 2010, 2011 e 2012, com previsão de formatura em 2012, 2013 e 2014 respectivamente. O total de acesso ao curso foi de 110 estudantes, e destes, haviam 12 meninas, ou seja, 10%. Apenas duas mulheres concluíram o curso e sete abandonaram os estudos. Ou seja, 60% das mulheres evadiram.

Se for comparar com a evasão do gênero masculino, 98 homens acessaram o curso, 15 estudantes concluíram e 46 desistiram do curso. Sendo assim, a evasão do público masculino é menor, cerca de 45% de evasão. Na Figura 3, é possível observar essa evasão.

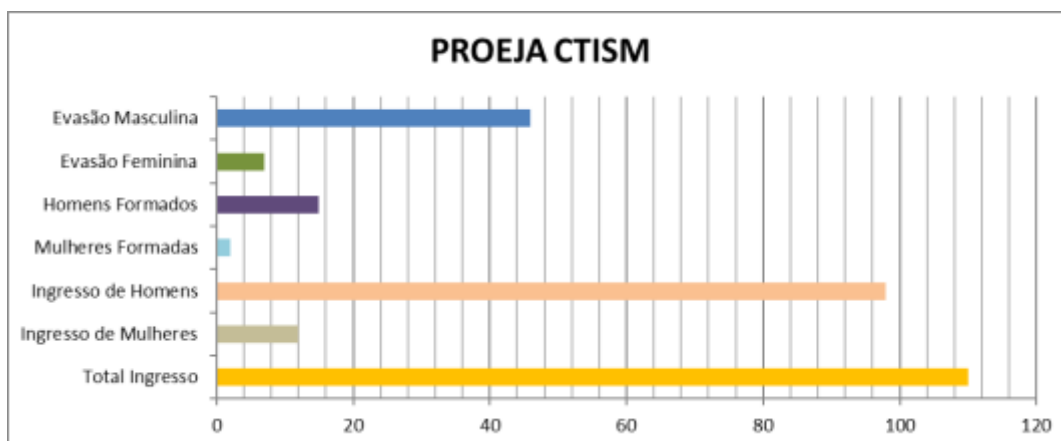


Figura 3: Distribuição de Formados e Evasão por gênero PROEJA no CTISM em 2012, 2013 e 2014. Fonte: Secretaria Escolar do CTISM.

Ao comparar a evasão total de homens e mulheres, percebe-se que é praticamente a mesma, quando inclusos todos os cursos, ingressos no CTISM em 2010, 2011 e 2012, com previsão de formatura em 2012, 2013 e 2014 respectivamente, 1530 estudantes acessaram a qualificação. Desse total, foram 312 meninas, sendo que destas, 49 concluíram os estudos e 176 desistiram. Apenas 20% dos ingressos são mulheres e 56% evadiram. Já em relação ao gênero masculino, também com 76% de abandono, 1218 homens ingressos e 199 formados, quando 691 desistiram do curso, como visualiza-se com a Figura 4.

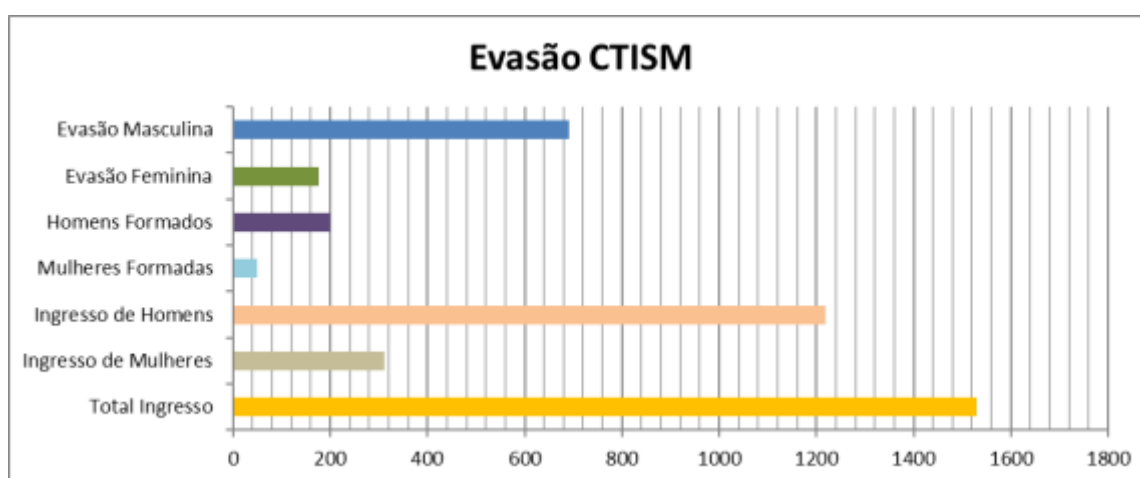


Figura 4: Distribuição de Formados e Evasão por gênero no CTISM em 2012, 2013 e 2014.
Fonte: Secretaria Escolar do CTISM.

Dessa forma testou-se, removendo do somatório total os cursos EaD, - uma vez que o público é um pouco mais heterogêneo - a taxa de evasão, e percebeu-se que esta, permaneceu a mesma para ambos os sexos, diminuindo para 42% de abandono feminino e 44% de abandono masculino. Dos 868 ingressos, 21% de mulheres, sendo que se formaram 49 e 75 abandonaram o curso. Em relação ao público masculino 689 homens ingressaram e 162 se formaram, enquanto 308 desistiram do curso, conforme Figura 5.

Para encerrar os testes, removeu-se do total além dos cursos EaD, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho e os cursos integrados ao ensino médio na idade própria, ou seja, todos os cursos que se mostram mais heterogêneos entre os gêneros e percebeu-se então, assim como no Proeja, a maior evasão do gênero feminino. Com isso, na modalidade subsequente e

Proeja, 547 estudantes ingressaram, sendo 56 meninas, 10%. Apenas 7 mulheres concluíram os estudos, e 37 abandonaram a sala de aula, contabilizando assim 66% de evasão.

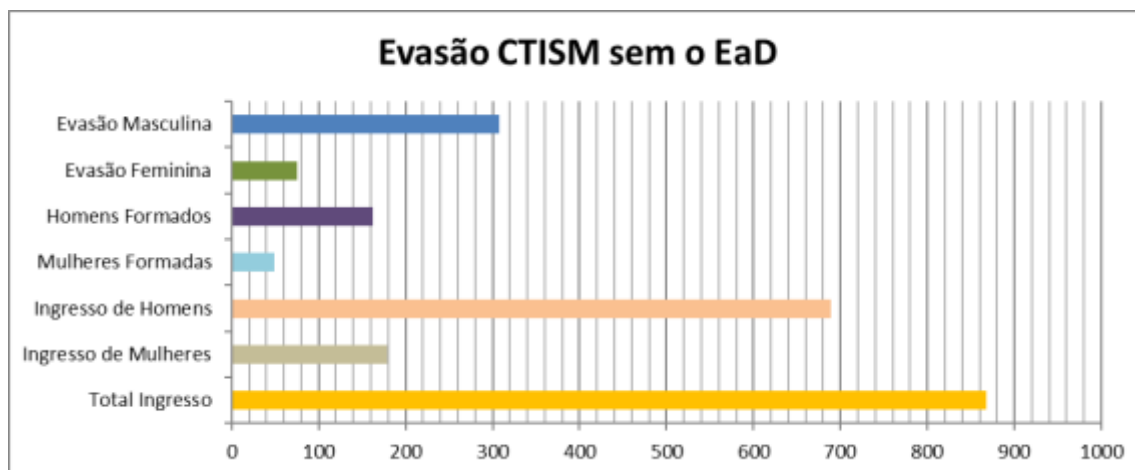


Figura 5: Distribuição de Formados e Evasão por gênero no CTISM em 2012, 2013 e 2014, sem contar os cursos EaD. Fonte: Secretaria Escolar do CTISM.

Em relação ao gênero masculino, 491 estudantes homens acessaram os cursos e 97 concluíram, sendo que 252 desistiram do curso, com 51% de evasão. Na Figura 6, é possível visualizar esses dados. Entendeu-se que o acesso do gênero feminino é relativamente muito inferior ao do gênero masculino, e removendo os cursos com maior acesso do público feminino, a evasão das mulheres é maior que a dos homens.

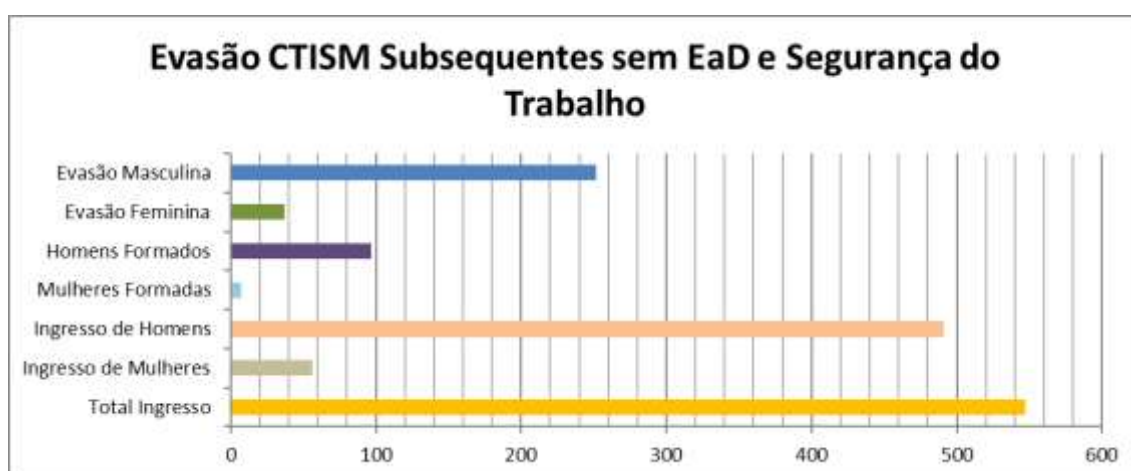


Figura 6: Distribuição de Formados e Evasão por gênero no CTISM em 2012, 2013 e 2014, subsequentes sem Segurança do Trabalho e sem EaD, com PROEJA. Fonte: Secretaria Escolar do CTISM.

Com isso, os próximos passos serão analisar as políticas públicas, para o fazer docente em relação a permanência e o acesso equilibrado de mulheres e homens nos cursos do CTISM. Além disso, buscar a promoção da desconstrução da crença de que existem cursos específicos para o gênero feminino e cursos específicos para o gênero masculino.

Inserção das Relações de Gênero na Educação.

De acordo com Unbehaum (2004), as intersecções das correspondências de gênero em relação ao contexto da educação ganha notoriedades nas pesquisas educacionais a partir da década de 90 somente. Isto ocorreu com o alavancar de esforços na sistematização de reivindicações que visam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, devido a uma série de medidas contra a discriminação da mulher.

Essa produção de conhecimento, sobre o que tem ocorrido ultimamente do desenvolvimento de políticas públicas de educação como intenção redução da desigualdade de gênero no sistema público de ensino brasileiro está apenas no início, na concepção de Unbehaum (2004), o que a torna insignificante e com uma divulgação não importante.

Patrício (2006), nos diz que nas escolas, as relações de gênero não são tratadas como algo que merece visibilidade entre educadoras e educadores, fazendo parte somente da composição das ementas dos cursos de formação docente. Ainda que é perceptível em âmbito acadêmico, que as relações de gênero do dia-a-dia escolar, praticamente não são analisadas.

Uma das grandes dificuldades em refletir essas questões, é que além das desigualdades entre sexos, não se fala sobre os significados de gênero e as implicações do desequilíbrio entre eles. Ora causados pela pouca adesão das políticas públicas educacionais, ora pela dificuldade que se tem, em dialogar a respeito (PATRÍCIO 2006).

Vianna (2012) traz a produção acadêmica em dados, quando a temática é sobre de gênero e sexualidade nas políticas públicas educacionais, dizendo que ela ainda é tímida. Essa produção começa a surgir somente em 1995 e

teve um pequeno aumento até 2009, ano de levantamento. Entre 1995 e 1997 o aumento foi insignificante, cerca de 2 artigos e uma dissertação de mestrado. Já em 1998 a 2000, o aumento foi um pouco maior, 2 artigos e 2 dissertações de mestrado, contudo ainda assim foi ínfimo.

Em relação as teses de doutorados, que vieram mais distantes, só apareceram a partir de 2002. Felizmente de 2001 a 2003, houve um aumento na produção, com 14 documentos, sendo estes 4 artigos, 7 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. De 2004 a 2006 foram 16 documentos, dos quais 8 artigos, 7 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado e, entre 2007 e 2010, foram 36 documentos, entre eles 2 artigos, 27 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado (VIANNA, 2012).

Ainda nas ideias de Unbehaum (2004), poucas são as investigações que abordam o impacto da discriminação de gênero nas políticas públicas educacionais. Por exemplo, não é medida a persistência da discriminação contra as mulheres, nem como esta é constantemente expressa em materiais didáticos e currículos.

Outro exemplo pertinente, é a limitação ao acesso à educação e permanência na escola, sobretudo das jovens grávidas. Também não se tem reflexões sobre as consequências para um sistema de ensino, que reproduz a desigualdade de gênero em relação ao atual desenvolvimento de políticas educacionais (UNBEHAUM, 2004).

Inserção das Relações de Gênero no CTISM

Conforme visto anteriormente, o número de mulheres que acessam os cursos técnicos subsequentes e Proeja do CTISM é significativamente inferior ao dos homens. As hipóteses apresentadas são as culturalmente históricas de que os cursos da área de tecnologia, que seu status e sua “robustez” são apropriados para os homens e acaba por excluir as mulheres. Em função dessa regra cultural, o ambiente se torna automaticamente hostil para a permanência das mulheres que o acessam.

No Proeja a realidade das mulheres é ainda mais complexa. Vindas de uma situação de vulnerabilidade maior que as enfrentadas pela maioria das

estudantes dos demais cursos, as alunas que acessam essa modalidade, não conseguiram concluir os estudos na idade própria em função da necessidade de trabalhar, de cuidar dos filhos ou irmãos mais novos, de cuidar dos pais, de gravidez ou ainda por diversos motivos relacionados ao forte machismo propagado pela cultura do meio em que vive. Dessa forma, atualmente apenas 16% da população do Proeja é de mulheres. Atualmente, dos 59 estudantes, somente 10 são do gênero feminino e uma delas parou de assistir as aulas.

Quando as mulheres ingressam no Proeja, além do estigma vivido anteriormente, encontram todo o condicionamento masculino que cerca os cursos. Também se submetem a explicarem-se perante a sociedade e aos familiares os motivos de estarem cursando algo, que é culturalmente focado no público masculino. E finalmente acabam abandonando o curso, por falta de rede de apoio para cuidar dos filhos, ou ainda dos bebês que estão gerando.

Outra questão que pesa muito na decisão de permanência nos cursos, são os esposos que não aceitam o fato de não as terem em casa de noite para prover alimentação e cuidados. E a autoestima baixa diante dos colegas e dos professores. Enfim, usualmente são os mesmos motivos que as fizeram abandonar os estudos na idade própria.

Nos cursos subsequentes ao ensino médio, ainda não foi realizado um levantamento dos motivos de evasão por parte das mulheres que chegam aos cursos. Percebe-se que elas são de alguma forma empoderadas e em geral assumem a liderança das turmas.

O colégio ainda não possui um sistema de verificação de relações de gênero, mas já propõe algumas discussões, debates e palestras sobre o tema. Além desse aspecto, a Coordenação do Proeja tem procurado apoiar e criar vínculos com as mulheres participantes do curso, fortalecendo laços e procurando promover empoderamento e união entre o gênero feminino.

Encaminhamentos e Conclusões

Pretende-se dar continuidade nesse estudo, procurando suporte com base nas políticas públicas educacionais. Busca-se legitimar as ações e sistematizar a discussão e a verificação das discussões de relações de gênero.

Também se pretende diagnosticar mais especificamente quais os motivos afastam o gênero feminino dos cursos oferecidos pelo CTISM e procurar criar meios de modificar e facilitar o acesso das mulheres. Gerar possibilidades nos currículos dos cursos e na formação continuada dos docentes para que esse assunto seja discutido, deixe de ser velado e seja possível construir um ambiente igualitário e benéfico para ambos os sexos.

Outras soluções possíveis, é fazer parcerias com as licenciaturas, os cursos de formação pedagógica de docentes e as áreas afins do colégio e promover debates e proposições em conjunto. Enfim, sistematizar a fala, a discussão e promover acesso ao público feminino e possibilidade de permanência dessas pessoas. Realizar pesquisas com estudantes e docentes, para diagnosticar questões ainda não exploradas.

Com isso, esse trabalho procurou retratar a realidade do Colégio Técnico Industrial no que tange as relações de gênero e dados de evasão. Mostrou a diferença significativa de ingresso dos estudantes do sexo masculino e do sexo feminino. Da mesma forma especificou que os cursos subsequentes ao ensino médio presencial e Proeja possuem maior evasão das mulheres do que dos homens e procurou elencar os motivos já relacionados.

Finalmente foi apresentada uma pequena pesquisa documental sobre as informações atuais das principais políticas públicas sobre gênero. As quais pretende-se explorar na sequência dos trabalhos.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**, volume 2. 3ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016

CTISM. **COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA. Portal**. Disponível em: <http://www.ctism.ufsm.br/index.php/recursos-humanos/equipe-administrativa2>
Acesso em Setembro e Outubro de 2016.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 1107-1133, setembro-dezembro/2008.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Portal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em Setembro e Outubro de 2016.

PATRÍCIO, Daniela Silva. **EDUCAÇÃO E GÊNERO: UMA DISCUSSÃO PARA ALÉM DA INCLUSÃO IGUALITÁRIA**. FCL/UNESP 2006

TILLY, Louise Audino. **GÊNERO, HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTÓRIA SOCIAL**. Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 29-62.

UNBEHAUM, Sandra; VIANNA, Cláudia Pereira. **O GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: 1988-2002**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004 77
O gênero nas políticas públicas. p. 77-104, jan./abr. 2004.

VIANNA, Cláudia Pereira. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: Um diálogo com a produção acadêmica**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.